

Fardas da PM na bandidagem

LEONARDO BICALHO - 17/08/2001

A Diretoria de Inteligência da Polícia Militar investiga policiais suspeitos de emprestar fardas a bandidos

Policiais militares estão sendo investigados pela Corregedoria e pela Diretoria de Inteligência (Dint) da PM sob a suspeita de estarem usando ou cedendo suas fardas para bandidos praticarem crimes na Grande Vitória. Este ano foram registrados cinco casos de extravio de uniformes.

Segundo o major Cristhian Tatagiba Franco, da Corregedoria, duas fardas com os nomes dos policiais foram encontradas depois de um assalto à agência do Banco do Brasil de Jardim Camburi, ocorrido no dia 28 de maio deste ano.

“Um dos policiais alegou que sua farda foi furtada. O outro contou que emprestou o uniforme para um colega que foi roubado. Foi aberta uma sindicância que agora está com o Ministério Público”, explicou o oficial.

No dia 28 de janeiro deste ano, a agência do Banestes de Santo Antônio foi assaltada com a ajuda de um homem que usava uma farda da PM. Desta vez, os bandidos fugiram e a farda – assim como o dinheiro – não foi recuperada.

Tatagiba disse que, na maioria das ocorrências envolvendo extravio de fardas, os policiais são vítimas de furtos. “A farda geralmente é furtada quando está no varal ou quando o policial tem o carro roubado

com o uniforme dentro, por exemplo”, contou.

No entanto, ele afirmou que os policiais são obrigados a informar ao comando quando tiverem a farda extraviada. “Não só uniformes, mas também armas, identidade militar ou qualquer patrimônio da PM. Todos os casos são apurados, principalmente, se houver indícios de crime”, disse.

“O policial que não tem zelo com a sua farda, mesmo que não tenha dolo (intenção) no extravio, está cometendo crime”, lembrou o oficial.

Porém, ele admitiu que é difícil comprovar se houve facilitação por parte do policial. “Só se prendermos o bandido que está com o uniforme e ele confessar”, afirmou.

“Se não houver provas, fica só a versão do policial. A não ser que se constate que ele deu declarações falsas”, completou Tatagiba.

A Dint também está investigando o uso de fardas da corporação para a prática de crimes. O objetivo é descobrir como os uniformes chegaram às mãos de bandidos – ou se foram usados por policiais corruptos – e recuperá-los.

“Isso preocupa a corporação. Estamos avaliando todas as hipóteses para não cometermos injustiça com ninguém”, disse um oficial.

Encomenda feita em São Paulo

FARDAS

Os traficantes de drogas que atuam no Estado podem estar encomendando – de dentro dos presídios e de cima dos morros – fardas da Polícia Militar de São Paulo para serem usadas em assaltos no Espírito Santo.

O alerta foi feito por um oficial da corporação – ele pediu para não ser identificado – que explicou que os uniformes da polícia paulista são semelhantes aos usados pela PM capixaba.

“O uniforme da PM capixaba é idêntico ao da polícia de São Paulo. A cor chumbo é a mesma e a única coisa que muda é o símbolo da corporação. O nosso é uma águia e o deles é a bandeira daquele estado”.

Segundo o policial, com a globalização da marginalidade – presos capixabas se comunicam com bandidos do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo de dentro de presídios através de centrais telefônicas clandestinas – nada impede que fardas da polícia paulista estejam sendo usadas por bandidos capixabas.

“O PCC está em todo lugar. Eles têm integrantes presos em penitenciárias de todo País. Eles sabem que a farda do Espírito Santo é igual a de São Paulo, como também sabem que o uniforme da PM do Rio de Janeiro é igual ao da Bahia”, completou o oficial.

O diretor de Apoio Logístico da PM, coronel Adilson Costa Barros, explicou que apenas três empresas estão credenciadas no Estado para fabricar e vender as fardas da Polícia Militar.

Segundo o coronel, existe um controle na venda dos uniformes e as peças só podem ser adquiridas por policiais militares. “Só é possível comprar farda quem apresenta a identidade militar”, revelou.

“O policial geralmente compra a farda através de um convênio, com as prestações descontadas na folha de pagamento. Isso também ajuda a controlar a venda de uniformes porque fica registrado”, lembrou.

Quanto à denúncia de que ex-policiais estariam comprando fardas sem autorização ou vendendo seus antigos uniformes, Costa Barros respondeu que os policiais afastados são obrigados a devolver as fardas, assim como as identidades militares.

No entanto, o coronel admitiu que o controle feito pela PM não é infalível. “Não podemos garantir que pessoas não estejam comprando pano e confeccionando ilegalmente fardas da PM. Se houver denúncias vamos investigar”, completou.

AJ22122



As fardas camufladas do Batalhão de Missões Especiais se assemelham às vendidas nas lojas

Disfarce de PM por R\$ 300

A cena que ocorreu na casa do líder comunitário Luiz Silvério Ferraz, assassinado por homens vestidos com roupas semelhantes às de policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar, no último dia 18, no Morro Aparecida, em Cari-

cica, pode voltar a se repetir.

A reportagem de **A Tribuna** foi às lojas que vendem uniformes da Polícia Militar para tentar comprar uma farda, mas as atendentes das duas lojas – Vitória e Vila Velha – pediram o documento do suposto policial para ven-

der o uniforme e a farda não pôde ser comprada.

No entanto, diversas lojas especializadas em armas, caça e pesca ou mesmo lojas de departamento vendem calças, jaquetas e macacões feitos de tecidos camuflados, similares aos usados pelos policiais do BME.

Com R\$ 300,00 qualquer pessoa pode se vestir como um policial militar da Tropa de Choque e ainda sobra dinheiro para comprar um coturno, uma touca ninja e algemas.

Se o interessado também quiser se proteger, ele pode ainda comprar um colete à prova de balas, que custa R\$ 1,5 mil, em média, variando de acordo com o calibre da arma.

Também não é novidade que, em qualquer esquina, é possível comprar uma arma de fogo. No mercado clandestino, um revólver calibre 38 custa R\$ 300,00, enquanto uma pistola calibre 380 não vale mais que R\$ 600,00.

A Corregedoria da PM está investigando se o líder comunitário foi morto por homens que usavam fardas do Batalhão de Missões Especiais (BME) ou se os uniformes foram comprados em alguma loja de confecções.

“Realmente à noite não dá para identificar um uniforme camuflado da farda do BME. A não ser que seja um policial ou uma pessoa que entenda do assunto. Não há nada que proíba as pessoas usarem roupas camufladas”, disse o coronel Adilson Costa Barros, diretor de Apoio Logístico da PM.

No País, existe um decreto federal que regulamenta a venda e o uso de armas e acessórios.

No entanto, segundo juristas, a lei deixa brechas que permitem aos civis o uso indevido de equipamentos e armas utilizadas pelas polícias e pelo Exército.

O PREÇO DO DISFARCE

Com apenas R\$ 300 é possível entrar numa loja especializada em armas, caça e pesca, ou mesmo numa loja de departamento, e comprar roupas e apetrechos semelhantes ou iguais aos usados por policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar.

Com R\$ 1 mil dá até para comprar um colete à prova de balas. Na ilegalidade, com mais R\$ 300 qualquer pessoa consegue comprar um revólver calibre 38.

Armas**
Revólver calibre 38 R\$ 300
Pistola calibre 380 R\$ 600

Calça camuflada
de R\$ 50 a R\$ 100

Coturno preto
de R\$ 80 a R\$ 150

Touca ninja
de R\$ 10 a R\$ 25

Colete à prova de balas*
de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil

Jaqueta camuflada
de R\$ 70 a R\$ 120

Algemas de punho
de R\$ 50 a R\$ 70

Algemas de dedo
de R\$ 30 a R\$ 45

*Obs.: O valor do colete varia de acordo com a espessura. Para civis, não é permitida a venda de coletes para armas de calibre superior ao 38 e 380.

**Obs.: Valor no mercado clandestino. Na loja, as armas custam R\$ 980 e R\$ 1.570, respectivamente.